

Conflitos e negociações de trabalhadores no golpe civil-militar de 1964 em Blumenau-SC.

CRISTINA FERREIRA*

Escolhas e conflitos dos trabalhadores diante da “nova” política

A relação de Blumenau com o golpe civil-militar de 64 envolve inúmeros pontos de convergência com outras regiões do Brasil, ou seja, em um sentido mais aparente, a imprensa emite opiniões calorosamente favoráveis à chamada “retomada da democracia” no país, de modo a garantir a generalização dos discursos dos atores sociais acerca deste conturbado momento político da cidade, sem especificar os movimentos e expressões engendrados pelos trabalhadores neste período histórico. Esta formalização da maneira de pensar empreendida pelas elites políticas e empresariais insiste na tecla de que a “tradição democrática e cristã” foi restabelecida pelo movimento político-militar, responsável pelo repúdio às doutrinas comunistas do país e às idéias marxistas que circulavam em certas esferas daquela sociedade.

A preocupação das autoridades municipais se manifesta no relatório administrativo do prefeito municipal de então, Hercílio Deeke (UDN), que frisa a adesão imediata dos cidadãos blumenauenses ao movimento armado de 31 de março de 1964 para enfatizar a rápida ação da municipalidade que, “aliada às classes operárias e às patronais, se movimentava no sentido de congregar todos os elementos capazes de reagir, até mesmo pela força, contra qualquer manifestação provocada pelos aproveitadores e corruptos que pretendem arrastar o país ao comunismo” (DEEKE, 1964: 6).

Hercílio Deeke, em pronunciamento aos blumenauenses, refere-se ao “espírito patriótico” do povo local, responsável pela manutenção da “tradição democrática e cristã, que sempre destacou a nossa gente, mantendo-se em estrita ordem e calma, seguindo o seu ritmo de trabalho” (A NAÇÃO, 04/04/1964: 1). A democracia tornou-se um conceito utilizado em larga escala nos discursos políticos oficiais, com o

* Doutoranda em História Social na Universidade Estadual de Campinas – Unicamp; professora do Depto. de História e Geografia da Universidade Regional de Blumenau – Furb. cliocris@gmail.com

propósito de justificar politicamente a ação militar contra o governo de João Goulart, identificado por muitos como aliado às esquerdas e ao comunismo. Esta ênfase na retomada da “verdadeira democracia” após a tomada do poder pelos militares pode ser remetida a uma idéia de passado idílico que antecede o governo de João Goulart, no interstício entre o final da Era Vargas, passando pelo desenvolvimentismo dos “cinquenta anos em cinco” de Juscelino Kubitschek e o “populismo” de Jânio Quadros, que estaria disposto a representar politicamente os operários e a classe média assalariada, com o propósito de integração destes sujeitos ao capitalismo sob a égide do paternalismo.

Os trabalhadores eram o alvo predileto para as falas institucionalizadas que incitavam a manutenção da ordem, inclusive havia todo um movimento de elogio ao suposto fato de que os trabalhadores das áreas industrial, comercial, agrícola e de serviços públicos de Blumenau foram exitosos em manter seus afazeres cotidianos em plena crise do pré-golpe. Os operários eram recrutados a não se deixar enredar por “falsas doutrinas e por seus falsos doutrinadores, pois a sua pregação é estranha à formação democrática, moral e cristã que, por tradição, sempre combateu ideologias contrárias à sua maneira de pensar, sentir e agir. O regime democrático é que tem feito a grandeza do Brasil.” (A NAÇÃO, 04/04/1964:

Para além da imprensa geral, em Blumenau também circulavam “jornais de fábrica”, periódicos de circulação interna mantidos por algumas das principais indústrias têxteis de Blumenau, dentre as quais constam: Artex, Cremer, Hering e Sul Fabril. Surgiram no período de 1963-68 e, em geral, eram impressos mensalmente, com uma abordagem editorial que referenciava temáticas ligadas aos trabalhadores e sua relação com as várias esferas de poder.

No jornal *Mensageiro Artex* o golpe civil-militar é noticiado em artigo de capa e o Exército é retratado como uma instituição a serviço do povo, com destaque para o “fulminante e magnífico triunfo da democracia sobre os aventureiros marxistas”, afirmando que “nunca será demais exaltar a conduta das bravas forças armadas [e sua] impressionante coesão, irmanadas pelo sublime objetivo comum de salvar o Brasil de seus inimigos [...], [pois] o Exército existe para servir o Povo”. Havia um compromisso editorial em aproximar a população em geral do exército, com o firme propósito de gerar uma rápida identificação entre civis e militares que estavam irmanados “na mesma

alegria diante da radiosa realidade representada pelo aniquilamento do inimigo” (FONTES, 04/1964: 1-4).

A direção da indústria têxtil Artex S/A também se manifesta através de uma mensagem afixada à portaria da empresa e, posteriormente, publicada na primeira página de seu “Mensageiro Artex” para “afirmar o seu reconhecimento a todos os seus servidores, pela maneira correta, ordeira e de colaboração com que se conduziram durante os acontecimentos da última semana”, com especial exaltação à recondução do Brasil àquilo que denominou como “verdadeiros caminhos da sua tradição democrática e cristã” (MENSAGEIRO ARTEX, 04/1964: 1).

Convém tratar com cautela a abordagem destes textos acima mencionados, pois os mesmos operam oposições construídas a partir de intenções políticas claras por parte dos empresários, mas não denotam o ponto de vista e as apropriações que os trabalhadores fizeram desta informação, portanto, carregam em si um grau de obscuridade e opacidade. Para compreender o mundo social visto e vivido por estes trabalhadores há que se “sublinhar as discrepâncias entre as restrições dos sistemas normativos, ressaltando que a ação social dos indivíduos resulta de freqüentes escolhas, decisões e negociações dos mesmos frente ao poder constituído, pleno de contradições e porosidades” (TEIXEIRA DA SILVA; COSTA, 2001: 216).

A partir desta perspectiva, pretendo iniciar neste artigo um debate sobre o modo como os atores coletivos citados nestas fontes e envolvidos no processo histórico do golpe militar de 64 lidaram com este momento. A intenção é problematizar as fontes oficiais, que sustentam em si uma espécie de discurso que remete à aceitação passiva, por parte da população, acerca destes novos eventos que passaram a conduzir a política nacional, para discutir sobre as lutas e conflitos sociais engendrados pelos trabalhadores neste processo histórico.

Cabe ainda fazer algumas referências às discussões teóricas da história social da cultura e do trabalho, cuja tônica recai no chamado “movimento da história”, convém retomar um debate acadêmico vinculado às várias questões e problemáticas engendradas pela mesma, em especial ao seu interesse em explicar o processo histórico pela via das mudanças na sociedade por intermédio dos agentes sociais envolvidos na análise. O esforço fundamental envolve recuperar o sentido das lutas e conflitos das personagens históricas de outras épocas, com destaque para o princípio da

imprevisibilidade dos fatos. Trata-se, portanto, de exercitar uma clara e imediata contraposição ao reducionismo que postula uma “espécie de exterioridade determinante dos rumos da história, demiurga de seu destino – como se houvesse um destino histórico fora das intenções e das lutas dos próprios agentes sociais” (CHALHOUB, 1990: 19-20).

De imediato paira uma dúvida: como os historiadores podem escapar à armadilha de fazer abordagens deterministas e previsíveis em relação ao processo histórico? O ponto de partida para a análise dos resultados de pesquisa não envolve elementos predeterminados, mas sim de uma infinidade de interrogações formuladas às fontes documentais, a partir dos interesses específicos de cada pesquisador. Isto implica pensar as fontes como “espelhos deformantes”, ou seja, não encará-las como “janelas escancaradas”, a partir das quais tudo se revela e se pode demonstrar; nem tampouco como “muros que obstruem a visão”, isto é, a partir de fatores intransponíveis para pensar certos aspectos da realidade, como fariam os céticos. Fazer a análise de situações de distorção nos documentos por si só implica a construção de elementos, atitude que não é “incompatível com a prova, [porque] a projeção do desejo, sem o qual não há pesquisa, não é incompatível com os desmentidos infligidos pelo princípio da realidade” (GINZBURG, 2002: 44).

Esta maneira de lidar com as fontes não é uma proposição metodológica recente e certamente não tem a pretensão de se transformar em dogma ou modelo, mas advém de longas discussões teóricas que relacionam as possibilidades de identificação de novos problemas à história. Isto advém de acalorados debates acadêmicos que se adensaram na década de 1960-70 e imputaram ao campo historiográfico uma reviravolta em torno dos objetos e instrumentos conceituais com os quais dialoga.

Jacques Revel aponta que a história cultural, há uma geração, ocupou lugar dominante na produção histórica: há um século, tudo era político; há quarenta anos, tudo era social e hoje, o cultural tornou-se “chave de leitura privilegiada dos historiadores” (REVEL, 2010: 97). Mas o termo “cultura” evoca interpretações polissêmicas, não tem a pretensão de retratar uma unidade, portanto, comporta variações que permite pensá-lo por meio da reciprocidade de elementos aparentemente contrários, tais como: diferenças e semelhanças; popular e erudito; letrada e iletrada... Mas cabe o alerta, não se trata de favorecer a oposição entre os elementos acima citados, porque

isso geraria simplificações perigosas e equivocadas ao processo histórico, pois tomaria os sujeitos sociais como figuras passivas e inertes diante das transformações sociais e culturais à sua volta. O foco de análise é justamente o ponto de intersecção de idéias na elaboração do sistema de valores e crenças na construção cultural engendrada pelos sujeitos históricos.

Por intermédio dessas reflexões acerca da Cultura e das proposições historiográficas atreladas a este conceito, é conveniente propor uma análise da Cultura de tais grupos sociais nas suas mais diversificadas facetas, levando em consideração os detalhes do processo histórico, com atenção especial à cultura política dos trabalhadores urbanos de Blumenau a partir da segunda metade do século XX. Esse procedimento envolve a junção dos elementos que compõem o terreno da política e permite a reconstrução dos contornos de um jogo social e político mais complexo. Afinal, individualmente os acontecimentos não são importantes e seria um equívoco privilegiar fatos isoladamente em detrimento das ambigüidades e da pluralidade oferecida pelas relações sociais concretas engendradas por personagens reais dos processos históricos.

Operação Limpeza e a Imprensa: momento de consolidação do Golpe de 64

Como não se tratava de imprensa operária ou militante, alguns jornais vinculados às indústrias locais dedicavam-se a reforçar o chamado “clima de cooperação intenso” entre patrões e operários na cidade:

Capital e trabalho não são fatores antagônicos e em luta constante e infinda, como queria e apregoava Karl Marx, porque ambos se conciliam e harmonizam perfeitamente à luz dos suaves ensinamentos do evangelho, de amor e justiça entre todos os homens, permitindo que a correta aplicação do primeiro elemento renda lucros razoáveis ao seu detentor e proporcione simultaneamente ao operário a justa remuneração pela prestação do segundo. Graças a Deus, em nossa ordeira e laboriosa Blumenau, via de regra, é realmente o que se vê. Empregados e patrões convivem e confraternizam exemplarmente, em clima de compreensão e boa vontade recíprocas [...]. Nesta cidade não há, pois, ambiente para a luta de classes, e por isso mesmo, jamais o comunismo que a explora, lograria impor-se. (MESSAGEIRO ARTEX, 05/1964 : 1).

Este texto intitulado “Exaltação ao Trabalho” enfatiza a suposta relação de conciliação e harmonia entre detentores do capital e trabalhadores, destacando que a aplicação adequada de capital por parte do empresário/patrão gera lucros e permite

remunerar com “justiça” o operário que realiza seu trabalho corretamente. Há uma tentativa de uniformizar as relações trabalhistas, com o intuito de solidificar a hierarquia onipresente do sistema fabril e desestimular as possíveis tentativas da classe operária na conquista de melhorias salariais e trabalhistas.

É emblemático que o texto tenha sido escrito em uma data imediatamente posterior ao golpe de 1964, portanto, mencionava a luta de classes e sua relação simbiótica com o comunismo, deixando claro que o mesmo nunca venceria o capitalismo numa cidade laboriosa e ordeira como Blumenau. Considerava o comunismo um “perigo” que comprometeria a ordem das coisas e, portanto, deveria permanecer distante do cotidiano dos trabalhadores, ignorando assim as demais inúmeras possibilidades de manifestações trabalhistas para além do comunismo.

Para avançar nestas discussões é importante retroceder aos momentos que antecederam ao Golpe. Jorge Ferreira (2003) indica como ponto de partida para o ingresso do Presidente Jango em uma espécie de “projeto radical”, a vitória do presidencialismo no plebiscito de 1963, no qual Goulart obteve a esmagadora maioria dos votos (aproximadamente 82%) da população brasileira. Independente desta análise que remete ao início ou não de uma espécie de radicalização, a questão é que, em março de 64, o clima estava conturbado e tenso para o governo, muito embora aparentemente a esquerda não acreditasse na eminência e/ou possibilidade de golpe por parte das forças armadas.

Nesse sentido, o comício do dia 13 de março na Central do Brasil (RJ) e o discurso no dia 30 do mesmo mês resultaram como efeitos imediatos e contrários aos seus objetivos, respectivamente, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (14 de março na cidade São Paulo, dia de São José: padroeiro da família) e golpe em si.

Em Blumenau, embora tenha sido organizada de modo mais expressivo a partir de 21 de abril, a Marcha da família com Deus pela liberdade, considerada uma “bela demonstração coletiva de civismo e fé cristã” (MENSAGEIRO ARTEX, 04/1964: 3), atrai várias pessoas à manifestação com o intuito de reforçar a chamada vitória da revolução. A presença maciça de pessoas neste evento público foi amplamente estimulada pela imprensa local, que conclamou o povo às ruas por meio dos seguintes termos:

[...] A MARCHA DA FAMÍLIA COM DEUS, PELA LIBERDADE, marcará, sem dúvida, o extravasamento dos sentimentos de liberdade de toda uma coletividade, integrada do desejo único de trabalhar em paz, certa de que, os poderes governamentais cuidam dos supremos interesses da nação. [...] Conclamamos todo o povo a estar presente a esta festa cívica, estuante de patriotismo, na certeza de que, desta vez, está banida para todo o sempre a ameaça de dominação na querida Pátria brasileira. (RONDA, 21/abril/1964: 6).

O recorrente discurso que encoraja a “família blumenauense” à liberdade, patriotismo e liberação do perigo comunista está presente em boa parte dos textos publicados nos órgãos de divulgação locais, porém, ainda havia uma idéia de incitação à vigilância constante para evitar que os “louros da vitória da Revolução” não se percam, porque “Nem todos foram detidos. Nem todos os nossos inimigos esmagados” (JUSTUS, 1964: 6).

Esta fala é sustentáculo do programa denominado “Operação Limpeza”, responsável por empreender uma varredura dos líderes comunistas para consolidar a vitória da Revolução e garantir a democracia no Brasil. Em artigo do Ronda intitulado “Vigorosa Operação Limpeza empreendem as autoridades de Blumenau”, além da citação da perseguição aos comunistas e sua inevitável prisão, pairava no ar uma espécie de espanto, porque haviam sido apreendidas armas, as quais concediam ao “movimento todas as características de plano subversivo de traição nacional” (RONDA, 09/04/1964: 4).

Ainda na tentativa de manutenção da vigília constante, no discurso pronunciado por Cássio Medeiros no dia da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, havia dois pontos em destaque absoluto: o pedido para que a população tivesse confiança no presidente Castelo Branco como “comando Supremo da Revolução” e o compromisso de “saneamento da pátria” através da “verificação das grandes fortunas, feitas em pouco tempo, por muitos dos nossos homens públicos, notadamente os ex-presidentes da República” (RONDA, 01/05/1964 : 6), em uma clara alusão à condição social privilegiada de Goulart.

Esta situação traz à tona a temática da reforma agrária, que normalmente era acompanhada de uma série de agravantes e confusões, sobretudo no que diz respeito às desapropriações de terra, porque o artigo 141 da Constituição “previa pagamento prévio em dinheiro por desapropriações feitas por interesse público” (FERREIRA, 2003 : 349-350).

Os proprietários de terras se sentiram prejudicados contra o que denominaram “reforma agrária sumária” realizada por Jango, “isto é, por simples decreto seu, malgrado seja sabido que a matéria é da competência do Congresso Nacional, ao qual cumpre, pois, legislar a respeito”... (MISTURADOR, 03/1964 : 7-8). No entanto, os conservadores sempre retomavam a tese da origem de grande estancieiro e proprietário de terras do presidente Jango, fator entendido por muitos como impeditivo para que ocorresse a concretização da reforma agrária, considerada mera “agitação política”, portanto desprovida de compromisso real com sua implantação efetiva. Aqui existe uma ambigüidade: “João Goulart ora é visto como um radical, com um projeto de ruptura com a ordem vigente, ora é rotulado de político incapaz de implementar reformas efetivas em função de sua origem familiar” (FERREIRA, 2006 : 16).

Ainda antes do Golpe civil-militar de 1964, o jornal *Ronda* recebeu carta de um leitor que assina como E.A.N., na qual destaca:

O João Goulart está mesmo querendo fazer uma reforma. Uns dizem que é o Brizola. Não, são os dois. O João com as autoridades e o Leonel com o peito, digo com o grito. Vão agora dar jeito em monopolizar a câmara, ou ministros para com qualquer soprão torcer a seu lado os bananas da decisão. Não sou político mas cheiro de distante a expressão “comunizar o Brasil pela forma secreta do Senhor João Leonel Brizola Goulart. Não é dito, por enquanto, em comíssios [sic], que é este o destino que o povo brasileiro é chutado. Se fosse todos se agitariam. É como Fidel se expressou. Mostrar a realidade um dia se mostra; este dia é quando as opiniões e o estado está maduro não permitindo mais surtir o efeito de uma revolução... Uma reforma é necessária. O Sr. João Leonel Brizola Goulart tem razão. Mas não a agrária e sim a constitucional... se houvesse possibilidade de o pequeno agricultor adquirir máquinas agrícolas – assistência técnica, cursos de especialização em diversos ramos, auxílio gratuito de agrônomos pagos pelo governo, que de fato fossem aos interiores e não restringissem a sua área – a capital – quando saem é de Cadilac. Dessa maneira facilitaria de produzirmos em grandes escalas, exportação aumentaria de 100% e cada agricultor produziria para 50 cidadãos em vez de não conseguir o suficiente para si. Deveria haver uma tabela de preços garantidos ao produtor a fim de estimular sobre a produção. Desta forma não haveria as calamidades que surgem seguidamente; quando há uma produção regular, baixa o preço e isto se ainda consegue vender. (RONDA, 04/03/64 : 2).

O leitor do jornal *Ronda* satiriza e equipara as duas personagens de modo a responsabilizá-las pela situação política nacional. A manifestação pública do autor por meio do envio de uma carta ao jornal chama a atenção dado ao seu caráter reivindicatório, especialmente no que tange ao reforço dos direitos do pequeno agricultor e ao fomento à produção agrícola em larga escala.

Leonel Brizola conta com um espaço assegurado nas colunas dos jornais “Mensageiro Artex” e “Radar Sulfabril”. Os adversários políticos normalmente atrelam sua imagem a de um personagem político de posicionamento radical extremado e seu perfil se encaixa no enquadramento “subversivo”, tão caro aos militares golpistas. Isso porque, as bandeiras por ele hasteadas durante o governo João Goulart estavam sempre sob a influência dos ventos mais revoltosos e radicalizados, especialmente porque faz a sugestão de fechar o Congresso Nacional e assumir todos os poderes concedidos ao Presidente, além de insistir em se posicionar a favor de uma clara política reformista.

Cabe frisar que Brizola era uma figura política responsável pela ousadia e esforço de unificação das esquerdas no país. Porém, “muitas interpretações, com tendência a personalizar a História, culpam a atuação de Leonel Brizola por desgastar politicamente João Goulart e ter provocado o golpe militar” (FERREIRA, 2003, p. 356). Este personalismo a que se refere o autor está vinculado às tendências que insistem em referenciar indivíduos como únicos responsáveis pelo sucesso ou fracasso de um plano político. A questão mais problemática desta abordagem refere-se ao próprio significado da liderança de Brizola entre as esquerdas, que neste momento se pretendiam revolucionárias e a favor do rompimento com as instituições, mas não dependiam desta ou daquela liderança para se posicionar politicamente. Mas as defesas que ambos, Brizola e Goulart, faziam das reformas de base tornou-se fator que levou a imprensa a supervalorizar certas ações de Goulart e incentivar a população a ficar alerta contra o abandono da democracia.

Aliás, o assunto mais recorrente neste processo está vinculado justamente às reformas de base e, sempre que possível, a temática volta à pauta nos jornais de fábrica em Blumenau. No período que antecede o golpe, o autor da coluna “Coquetel de Fatos”, no jornal *Mensageiro Artex*, que usa o pseudônimo de Misturador, acusa o governo Goulart de “inapto”, ou seja, sem habilidade para gerir, deixando o país mergulhado em inflação. Diz ainda que, em termos de gerenciamento da economia fica “às tontas diante do flagelo [da inflação] e, vendo o fracasso do pomposo plano trienal do sr. Furtado, volta a insistir nas tais “reformas de base”, que nem o sr. Goulart sabe ao certo o que sejam e que de tão sovadas e “chatas” já estão inteiramente desmoralizadas” (MISTURADOR, 01;1964 : 10-11).

A idéia de inaptidão atribuída ao governo Jango motivou os militares a propor o golpe civil-militar de 1964, porque consideravam “Goulart um demagogo, corrupto, inepto e influenciado por comunistas. Motivos suficientes, portanto, para o golpe de Estado.” (FERREIRA, 2003 : 345).

Algumas narrativas afirmam que o presidente teria se assustado ao ler os jornais no dia 31 de março. Isso porque o *Jornal do Brasil* pregava a sua deposição, o *Correio da Manhã* tinha em sua chamada principal a palavra “Fora” e, além disso, o presidente do Senado Aldo Moura de Andrade havia escrito um manifesto ao país, não só para informar acerca do rompimento da Casa com o governo, como também para solicitar a intervenção militar para destituí-lo do cargo presidencial.

Aos trabalhadores, o progresso, a calma e a ordem

As reações imediatas ao golpe de 64 por parte dos trabalhadores de Blumenau ainda estão em fase de análise nesta pesquisa. No entanto, na falta de fontes que emitam o parecer dos próprios trabalhadores, cabe retomar a mensagem do prefeito municipal de Blumenau, Hercílio Deeke aos blumenauenses, na qual faz questão de destacar a calma e ordem que tomam conta da cidade a partir do “movimento político-militar que veio salvar o país do comunismo” (DEEKE, 1964 : 1). Em seu pronunciamento também consta um trecho cujo teor convém transcrever na íntegra: “concito aos operários a não se deixarem enredar por falsas doutrinas e seus falsos doutrinadores, pois a sua pregação é estranha à formação democrática, moral e cristã que, por tradição, sempre combateu ideologias contrárias à sua maneira de pensar, sentir e agir” (DEEKE, 1964 : 1). O uso do termo “concito os operários” demonstra a clara intenção de persuadi-los contra o comunismo. Ora, isso indica uma contradição ao discurso inicial de “ordem e calma”, pois os trabalhadores estavam de algum modo, ligados às perspectivas trabalhistas que relacionavam direitos e conquistas de ordem prática no âmbito da melhoria de suas condições de vida. Portanto, a calma é uma espécie de categoria narrativa utilizada pelo prefeito para enfatizar uma clara defesa da nova ordem instituída.

Em abril de 64, o “Mensageiro Artex” indica o “triunfo da democracia sobre os aventureiros marxistas” e informa que o povo brasileiro deve exaltar as forças

armadas que “em impressionante coesão e irmanadas pelo sublime objetivo comum de salvar o Brasil dos seus inimigos, constituíram poderosa e invencível avalanche que esmagou qualquer tentativa de resistência, reduzindo Jango e seus asseclas” (MENSAGEIRO ARTEX, 04/1964 : 1).

Interessante notar que mesmo o jornal *Radar Sulfabril*, cujo teor editorial não referendava assuntos ligados à política, noticiou o Golpe, sob o tom que segue:

Tem de haver “avacalhção”, se não, não é Brasil! [...] Andávamos descrentes de tudo, de todos, e talvez de nós mesmos. Tanto, que a comunização da pátria, parecia até, coisa iminente. Acreditávamos desacreditando, pudesse a democracia resistir por muito tempo; igualmente pensávamos que pudesse haver oposição maciça às pretensões esquerdistas da maioria que nos comandava. [...] A reação democrática foi total e inflexível. [...] A derrota insofismável que lhes impuseram as Forças Armadas, unificadas, coesas, fiéis à constituição e à democracia, o grito de revolta chegado a todos os quadrantes do território nacional, os aniquilou e nos surpreendeu; a facilidade com que foi destruída a sua pretensa escravização ao brasileiro, a batalha gigante, vencida sem derramamento de sangue (somente umas brizoladas esparsas e desarvoradas), também nos causaram surpresa. (RADAR SULFABRIL, 04/1964 : 6).

O texto consta de uma seção denominada “Coluna Aberta”, surgida neste número do jornal e destinada a assuntos de “qualquer espécie”, aberta a colaborações de leitores, porém sob a responsabilidade de Altino Kretzer, integrante da diretoria da Sociedade Desportiva e Recreativa Sul Fabril na condição de secretário. O autor considera que havia uma “falta de capacidade administrativa”, característica que se quer atrelar ao governo de João Goulart, com o intuito de justificar o golpe militar e o significado da retomada da confiança nos rumos do país. Ambas as publicações posicionam-se claramente a favor das Forças Armadas e contra o comunismo, com destaque para a vitória da batalha sem lutas civis, fator que surpreendeu aos colonistas, na medida em que o pretense radicalismo dos inimigos da pátria levava a crer que haveria luta armada.

Os jornais de fábrica de abril/1964 foram editados no final do mês, portanto seus discursos diferem um pouco do jornal diário de Blumenau, “A Nação”. Isto porque no dia 01 de abril, ou seja, em sua edição imediata após o golpe, referencia um comício a ser realizado pelo Presidente Goulart em Santos, além de citar o pronunciamento do chefe da Casa Civil do presidente, Darci Ribeiro, que afirma “reina a mais completa tranqüilidade em todo o país”, mas alerta a todos que o governo está em uma

encruzilhada, conclamando a população a ficar alerta diante daqueles que são contrários às reformas de base e posicionar-se a favor do governo de Goulart.

Tudo isso se modifica no dia seguinte, quando aparecem notícias que tentam esclarecer a situação política nacional. O destacado artigo “Povo Brasileiro, sem tiros e sem sangue, destroçou em 48 horas as forças da traição que dominavam o país”, impresso em letras garrafais, com um subtítulo em letras negritadas, referencia seu repúdio à “pelegada voraz que arruinou o país preste contas de seus atos” e atribui à Marcha da Família com Deus pela Liberdade a responsabilidade de levar adiante a luta contra o comunismo, com o intuito de evitar que se cometa os mesmos “erros que levaram o país ao caos”. No entanto, neste mesmo artigo fica evidenciada uma clara defesa das obrigações do novo governo em “promover dentro da Constituição e dos sentimentos cristãos do nosso povo as reformas de base necessárias ao desenvolvimento e bem estar dos brasileiros, pois é inadmissível que num país como o nosso [...], ainda exista sofrimento e miséria” (A NAÇÃO, 03/04/64 : 8). Este posicionamento pode indicar uma espécie de aprovação da proposta das reformas de base e sugere que a defesa do golpe civil-militar está ligada ao envolvimento de Jango com as forças da esquerda revolucionária, pois embora o discurso recorrente na imprensa nacional do período referendasse sua inaptidão para gerenciar o Brasil, sua figura política continuava de certo modo aceita pela população que, em parte, reconhecia seu empenho em evitar a luta armada e o derramamento de sangue.

Uma situação que merece destaque é a revogação quase imediata (em 09/04/64 é apresentada à Câmara Municipal e em 25/04 aprovada) da lei municipal 1152, de 15 de maio de 1963, que conferia o título de cidadão blumenauense ao então presidente João Goulart. Este ato não surpreende apenas pelo fato de que havia necessidade de assumir total e irrestrito apoio às forças armadas por parte das principais autoridades políticas do país, mas também por conta da necessidade de ações contíguas e condizentes com a política ditatorial, que reforçava a obrigação de silenciar e esquecer o mais rapidamente possível um ex-presidente identificado com as esquerdas e o comunismo (A NAÇÃO, 01/04/1964 : 1), mas que ainda estava na memória da população como um político que se dedicou às causas trabalhistas.

Na sequência ao golpe civil-militar acontece a comemoração do 1º. de maio e a imprensa local publica textos de políticos e empresários parabenizando as classes

trabalhadoras de Blumenau, cuja tônica reforça a idéia de retomada da democracia. O prefeito municipal, Hercílio Deeke, volta a se manifestar propondo coesão e firmeza “em torno dos ideais de liberdade e trabalho, legados pelos nossos antepassados para que possamos preservar, na sua pureza, o patriotismo moral, e na sua grandeza os ideais de civismo que constituem patrimônio imperecível da gente blumenauense” (RONDA, 01/05/64 : 1).

A indústria Cia. Têxtil Hering também se pronuncia sob a bandeira do patriotismo: “E quando a Pátria desperta de um sonho mau que a atormentou, segue o caminho firme na trilha do progresso, dentro da Lei e da Ordem, enviamos a nossa homenagem mais cordial e afetiva ao Trabalhador blumenauense, cujo patriotismo nos enche de orgulho e satisfação. (RONDA, 01/05/64 : 6).

Não é por acaso que o dia 1º. de maio estava fixado no calendário festivo da classe trabalhadora. Desde sua instituição no Brasil, em fins do séc. XIX ocorriam concepções divergentes e particularidades locais que atribuem modalidades diferenciadas de ritualística tanto para os grupos ligados ao movimento operário, quanto para os usos que a elite faz para festejar a data, repleta de elogios ao trabalhador com o claro intuito de tentar desmobilizar os trabalhadores e proposições paternalistas.

A despeito destas questões ligadas às festividades de 1º. de maio apareciam notícias como a de um telegrama endereçado ao presidente da Associação dos Ferroviários do Vale do Itajaí (região de Blumenau e municípios vizinhos) conclamando os ferroviários à greve geral, em solidariedade aos membros da CGT que foram presos no início do Golpe. Ainda no jornal Ronda de 1º. de maio também ocorre a ênfase às prisões dos comunistas e a instauração de inquéritos policiais e sindicâncias contra o sindicato.

Inclusive, a conclusão do inquérito sobre o superintendente e alguns funcionários da Estrada de Ferro além de condenar os envolvidos por subversão, “as autoridades militares dão conta de que na ferrovia houve política de aliciamento e interferência de altos mandatários do PTB com graves prejuízos para o serviço [...] (RONDA, 04/06/1964 : 1). Havia um indicativo neste inquérito que membros da diretoria da Associação da Estrada de Ferro Santa Catarina em Blumenau participaram do comício de João Goulart em 13 de março na Guanabara, fator que foi considerado crucial no processo de acusação.

Por tudo que foi dito, para dar sustentação à perspectiva de análise proposta neste artigo, é importante alertar que a suposta calma da cidade não era cabível neste contexto político. Embora o discurso de algumas autoridades políticas enfatize as questões de ordem e perfeição para a cidade, vários eventos que fogem a essa regra de ordem podem ser verificados através de pesquisas nas fontes da imprensa local. Leia-se, por exemplo, a prisão de inúmeros indivíduos considerados comunistas pela polícia, com destaque para a prisão do vereador municipal José Ferreira, agente do Ministério do Trabalho em Blumenau, afastado do cargo sob a acusação de improbidade administrativa. Ferreirinha era uma importante figura política do PTB municipal e atuou decisivamente em defesa dos direitos trabalhistas. Portanto, é um equívoco pensar que os trabalhadores estavam alheios a toda essa movimentação política gerada pelo golpe de 1964, pois não apenas tiveram contato com idéias comunistas, ainda que não as praticassem diretamente, como também recorriam ao Ministério do Trabalho, com o intuito de garantir direitos e preservar sua condição de trabalhadores.

Isto é um indicativo, pois ainda há muito para pesquisar e analisar, de que apesar das tensões e elementos ambíguos que os patrões e o poder público de algum modo tentavam impor aos trabalhadores, mesmo diante de obstáculos aparentemente intransponíveis, eles estavam envolvidos em um campo de lutas para garantir a representação de seus interesses. Portanto, não existe ausência de conflitos nestas relações, mas sim a participação destes atores sociais em um jogo político que envolve negociações, barganhas e conquistas de direito.

REFERÊNCIAS

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade:** uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DEEKE, Hercílio. Mensagem do governo municipal. In: **RONDA**, n. 26. Blumenau, 21 de abril de 1964.

_____. Mensagem do Prefeito Hercílio Deeke. In: **A NAÇÃO** – Ano XX, n. 171. Blumenau, 04 de abril de 1964.

_____. **Relatório** dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1964. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (Orgs.). **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964** (v.3). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FONTES, H. B. Honra e Glória do Brasil. In: **MENSAGEIRO ARTEX** – Ano I, n. 4. Blumenau, abril de 1964.

GINZBURG, Carlo. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

JUSTUS, J. Um ar de *liberdade*. In: **RONDA**, n. 26. Blumenau, 21 de abril de 1964.

MENSAGEIRO ARTEX – Ano I, n. 5. Blumenau, maio de 1964.

MISTURADOR. O mais inquietante. In: **MENSAGEIRO ARTEX** – Ano I, n. 1. Blumenau, janeiro de 1964.

_____. O mais temerário. In: **MENSAGEIRO ARTEX** – Ano I, n. 3. Blumenau, março de 1964.

REVEL, Jacques. **Preposições: ensaios de história e historiografia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

RONDA, n. 20 ao 27. Blumenau, 1964.

TEIXEIRA DA SILVA, Fernando; COSTA, Hélio. *Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.